

Democracia, Comunicação e *Media*

José Jorge Barreiros

DEMOCRACIA, COMUNICAÇÃO E *MEDIA*



LISBOA, 2012

© José Jorge Barreiros, 2012

José Jorge Barreiros
Democracia, Comunicação e *Media*

Primeira edição: Dezembro de 2012
Tiragem: 400 exemplares

ISBN: 978-989-8536-17-4
Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Nuno Fonseca
Revisão de texto: Gonçalo Praça e Helena Soares
Impressão e acabamentos: Publidisa, Espanha

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Preliminares	vii
Introdução	1
1 Democracia, comunicação e política	9
Democracia, vida pública e cidadania	16
Democracia, representação e participação	23
Interesse particular, liberdade individual e representação.....	26
Bem-estar comum, interesse coletivo, solidariedade e participação	31
Democracia, deliberação e comunicação.....	35
Política, democracia, comunicação e <i>media</i>	49
2 Públicos, <i>media</i> e audiências	63
Públicos e <i>media</i>	64
Audiência, uso, recepção, público	78
<i>Media</i> e públicos, protagonistas interdependentes	91
3 <i>Media</i>, opinião pública e vida pública	93
Opinião pública, comunicação e <i>media</i>	98
<i>Media</i> , comunicação e vida pública	117
4 Informação, <i>media</i> e democracia na época da telecomunicação em rede	125
A informação como processo social de comunicação	127
Jornalismo, vida pública e <i>media</i>	131
Contexto social e mutação nos <i>media</i>	139
Questões e desafios da época da telecomunicação em rede	145
5 Nota final. <i>Media</i>, democracia e cidadania	157
Referências bibliográficas	161

Introdução

O livro a que o leitor agora acede reúne reflexões sobre comunicação e *media*, política e democracia. Combina uma vertente de indagação teórica e conceptual com a análise de tendências contemporâneas, das origens e do significado das transformações em curso, nos *media* e na sociedade, neste início do século XXI. Procura associar o enfoque académico a uma abordagem – de um tema que a todos implica – acessível e útil a diversos públicos. Resulta de um trabalho académico elaborado ao longo de vários anos marcados por consideráveis dinâmicas de mudança, ainda em ebulição. Retoma parte de uma dissertação de doutoramento, escrita a partir de 2007 e defendida no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa em 2010, acrescida de um capítulo – o quarto – mais recente, elaborado entre o verão de 2011 e o início de 2012.

Comunicação e informação constituem dimensões da vida social com particular significado na vida pública cívica e política em democracia. O modo como forem exercidas representa um contributo marcante da noção de bem-estar individual e coletivo, de como são apreendidas oportunidades de realização pessoal e os contornos dos desafios e problemas comuns – quais as melhores opções para os enfrentar, a quem confiar e como encaminhar a governação.

No contexto das sociedades emergentes do percurso da modernidade, informação e comunicação como vertentes da vida pública acontecem, crescentemente, através do recurso aos *media*, o que coloca a elucidação dos processos de comunicação e mediação mediatizada como vetor indispensável à compreensão de diversas facetas da vida em sociedade.

Quando se encara a vida pública em democracia, tendo presente que esta depende da avaliação e do grau de participação cívica e política dos cidadãos, não é difícil perceber que a sua viabilidade é interdependente de informação e comunicação, e dos contornos dos respetivos desempenhos via *media*.

Considerar a informação pública via *media* um processo social de comunicação implica ter presente que reporta a uma dimensão da vida coletiva relevante para todos os membros de uma comunidade ou sociedade. A informação e a comunicação são bens públicos, recursos de interesse comum que dizem respeito a todos e a cada um dos cidadãos. Entendê-las, apenas, como “matéria” dos *media*, dos seus

responsáveis e profissionais, de quem pretenda informar para esclarecer, aparecer ou influenciar, revela-se manifestamente redutor. Adquirem pleno sentido no modo como refletem e respondem a interesses e expectativas de todos os diversos setores de uma população. Deste modo, elucidar o significado dos processos de informação e comunicação pública implica atender aos vários pólos que os constituem e aos contornos e sentidos da respetiva relação; aos diferentes planos de envolvimento e responsabilidades próprias, bem como aos equilíbrios, ou desequilíbrios, que por essa via se repercutem na vida pública cívica e política.

Em sentido comum, as noções de informação e comunicação tendem a surgir associadas, muitas vezes consideradas como se o seu significado fosse equivalente. Interessa precisar que se trata de duas dimensões que, evoluindo usualmente de mão dada, possuem sentidos próprios diferenciados, complementares na respetiva conjugação: informação provém de “dar forma”, enunciar, designar e transmitir, “dar a conhecer” o novo e relevante; comunicação deriva de “pôr em comum”, remete para comunhão, comunalidade, encontro, partilha, troca, relação e os sentidos que aí se produzem. De modo simplificado, a relação entre informação e comunicação pode enunciar-se na afirmação: a comunicação é um processo do qual a informação é o conteúdo.

Um processo de comunicação implica sempre uma dimensão informacional e referencial, relativa à factualidade e ao exercício de razão, a par de uma dimensão relacional, associada ao plano da ligação, afeto, sentimento e emoção. Dos contornos da articulação destes dois planos resultam as propriedades definidoras e os sentidos dos processos sociais, relacionados com os exercícios de informar e comunicar. Informação e comunicação implicam, simultaneamente, factos e pontos de vista, “neutralidade” e “envolvimento”, espírito crítico e racionalidade, sensibilidade, afectividade e emocionalidade.¹

Noutro plano, interessa assinalar que a comunicação comporta a ação desinteressada na procura da intercompreensão e da partilha com o outro, sujeito humano, compagne social; e o agir estratégico orientado para a influência, obtenção de certo efeito, conquista, poder, controlo, imposição, dominação. Ambas as vertentes se associam em cada atuação, sendo importante perceber como opera a relação entre ambas, para estabelecer o sentido predominante do processo simbólico e social que configuram.

A reflexão específica sobre a relevância social e política dos processos de informação e comunicação como fatores de vida pública e democracia leva cerca de um século de vida, preenchida por abordagens e pensadores de diferentes origens e contextos históricos, sociais e políticos. Com a emergência dos *media*, a reflexão sobre as suas consequências, oportunidades e implicações sociais desabrochou, de diferentes orientações e posicionamentos, para a importância de problematizar os contributos e ineficiências da informação e comunicação via *media* e dos significados e consequências que repercute na vida pública cívica e política em democracia.

1 Abordagem inspirada em Bougnoux, 1995.

Só na segunda metade do século XX – mais propriamente no termo da Segunda Guerra – se desenvolvem escolas de pensamento e investigação consolidadas no estudo da comunicação e dos *media* e das suas implicações na vida social, apesar de, desde o início do século, esta questão ter surgido no quadro das preocupações de alguns precursores. A sistematização das diferentes correntes e abordagens resulta em tarefa complexa, não compatível com o presente momento. Apenas se recordam, sucintamente, três paradigmas nucleares na delimitação de olhares fundadores para a abordagem da comunicação e dos *media* na sua relação com a política e a democracia.

Uma das primeiras abordagens precursoras do estudo da comunicação desencaideia-se – desde a alvorada do século XX – em redor da colocação do pragmatismo, associando, sob um enfoque humanista, ideais de comunidade integrada, democracia participada e prossecução de interesses e competências individuais como força integradora de um processo social e político que proporcione realização individual e bem-estar social. Aproxima a concepção da comunicação como condição de integração da vida em comunidade – problemática típica de autores da Escola de Chicago – e o sublinhar da sua importância como vetor de participação na democracia, que encontra em John Dewey um dos mais destacados defensores.

Sobre o entendimento da Escola de Chicago, recorde-se a definição de comunicação de Charles Cooley como “o mecanismo através do qual as relações humanas existem e se desenvolvem”.² George Herbert Mead denota preocupação na articulação do exercício da democracia com os valores da comunidade a que reporta, assinalando que “comunicação envolve sempre ‘participação no outro’...torna-se o processo organizador de comunidade... comunicação imperfeita ou incompleta afeta a natureza da democracia e conduz a realidades distorcidas”.³ Robert Park, partilhando a ideia de que a existência da sociedade depende de comunicação, sublinha as implicações negativas associadas à tecnologia da sociedade, apontando aos *media* a criação de “comunidades fictícias e de um falso sentido de proximidade”, o que entende como prejuízo da estabilidade das relações sociais.⁴

Para John Dewey a comunicação proporciona aos indivíduos “um sistema de relações mútuas, propostas comuns, oportunidades de troca de experiência, discurso e pensamento reflexivo”. Possibilita “viver num mundo de coisas com sentido” no quadro de relações de troca, onde os significados da experiência “são reforçados, aprofundados e consolidados sob um sentimento de comunhão” e comunalidade. É entendida como “fundamento da vida social e condição necessária da democracia” ao constituir-se em processo organizador de comunidade, que coloca o indivíduo em relação com outros. Considerando que a democracia implica a articulação e a cooperação entre diferentes perspetivas, pressupõe oportunidades de comunicação como condição da sua eficiência enquanto exercício crítico das relações sociais.⁵

2 Citado em Hardt, 1992: 53.

3 Idem, pp. 47-48.

4 Apoiado em Hardt, 1992: 61-63.

5 Idem, pp. 43-44, 46.

De uma conceção democrática liberal pluralista, assinala-se uma abordagem – minoritária no panorama da investigação académica sobre o tema – que associa comunicação, comunidade e democracia. Valoriza-se a comunicação como factor de estabilidade e integração, associada a uma visão democrática comunitária e participativa. Isto no quadro de uma perspectiva em que ecoa o apelo – por vezes, com laivos de uma certa nostalgia conservadora – ao “regresso à comunidade perdida” enquanto suposta via de superação dos factores de instabilidade e “desordem social” associados às transformações que acompanham a implementação do projecto da modernidade, que aqui tendem a considerar-se ampliados pelo contributo dos *media*.⁶

Originária de outra matriz paradigmática quanto ao entendimento da comunicação e do seu lugar na sociedade, a *communication research*, de colocação behaviorista e funcional – predominante no horizonte da pesquisa americana do pós-guerra – preocupa-se com funcionalidade, influência e eficácia, abordando os processos de informação e comunicação como recurso para fazer funcionar a gestão simbólica em viabilização da legitimidade de dada ordem social e dos projectos de sociedade que a promovam.

Interessa recordar que desempenhou um importante papel, no contexto americano e mundial posterior à Segunda Guerra, como inspiração de todo o processo de construção da hegemonia geopolítica americana em torno da difusão de produção simbólica e cultural construída como referência difundida à escala planetária. A sua abordagem representa o primeiro contributo sistemático na elucidação e operacionalização da informação e comunicação, como factores de produção de efetividade de uma ordem social. Revela relevância própria para lá do específico contexto social, organizacional, ideológico, político e geopolítico em que se desenvolveu, sem que possa deixar de se salientar a necessidade de ajustamentos na sua mobilização fora do respetivo *habitat* original.

Desponta, no final da segunda década do século XX, orientada para o estudo de temas como a propaganda, a influência pessoal, a liderança, o comportamento eleitoral, os processos da opinião pública e a captação dos seus contornos por sondagem, os efeitos na audiência. Está na origem de todo um setor de pesquisa e desenvolvimento de comunicação aplicada que suporta o funcionamento económico, social, cultural e político das democracias modernas e da economia de mercado movida pela estimulação do consumo. Motivou – no pós-guerra – o desenvolvimento de todo um importante setor económico que inclui serviços de *marketing*, publicidade, comunicação empresarial, estudos de mercado e sondagens de opinião, assessoria e aconselhamento operacional de empresas, instituições e personalidades políticas; na difusão de informação, na configuração de comunicação pública e da relação com os *media*. Constituiu-se em crucial condição de existência do funcionamento, com alguma legitimidade, de diversas modalidades da democracia representativa de inspiração liberal como as conhecemos.⁷

6 Idem, pp. 58-63.

7 Para aprofundamento desta abordagem, podem consultar-se, entre outros Wolf, 1987; Hardt, 1992; Miège, 1995; Mattelart e Mattelart, 1997; McQuail, 2000; Breton e Proulx, 2002.

Um terceiro olhar nuclear na abordagem da comunicação como fenómeno social e político reporta às perspetivas críticas, de diferente matiz, desencadeadas na sequência do trabalho da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. O enfoque iniciado nos autores de Frankfurt desenvolveu uma crítica das implicações sociais e culturais, económicas e políticas dos processos de comunicação, que na origem reportava à emergência dos *mass media*. Os temas centrais originais dirigiam-se à industrialização da cultura e à alienação resultante da submissão do sujeito, da cultura e da ocupação do tempo livre à lógica da massificação e do consumo. Retoma-se do marxismo a crítica ideológica ao capitalismo, e dos teóricos da “sociedade de massas” a crítica elitista e aristocrática, dirigida à “indústria cultural” e à “cultura de massas”, tomadas como degradação da cultura na sequência da implantação dos *mass media*.

Da escola de Frankfurt derivam ainda diversos enfoques de inspiração marxista na abordagem da comunicação como fenómeno de sociedade, no contexto do capitalismo, que se vão cruzando nos posicionamentos de diferentes autores: os estudos culturais associam a tradição dos estudos literários e a matriz crítica marxista; a economia política da comunicação prolonga a análise do setor da comunicação e dos *media* como setor industrial, focando as repercussões, na vida pública e política e na democracia, decorrentes do controlo económico e concentração de grupos de *media*, redução de diversidade e pluralismo, conflito entre interesse público, negócio e mercado; as teorizações sobre a hegemonia, inspiradas em Gramsci, relevam o papel dos *media* na produção e reprodução de ideologia, consenso e consentimento, interligando os planos cultural, simbólico e político, e sublinhando a produção de identidade e pertença como fator de viabilização de ordem social dependente de reconhecimento e adesão.⁸

Importa ter presente que o contributo específico de cada um dos paradigmas nucleares anteriormente enunciados vai além dos posicionamentos que adoptam. Na convergência das respectivas abordagens encontramos visões contrapostas e entendimentos teóricos e ideológicos diversos, que aportam contributos complementares à ponderação do papel da informação e da comunicação na interligação com a política e a democracia, enquanto dimensões relevantes de diferentes planos de identidade e pertença, integração e comunidade, funcionalidade e eficácia, alienação e dominação, poder e contrapoder.

Entendimentos da política e da democracia, bem como concepções da comunicação e da informação articulam-se, apresentam-se interligados. O papel que se atribui aos cidadãos como sujeitos da democracia tende a repercutir-se nas modalidades de informação e comunicação adoptadas na vida pública e nas prestações da mediação mediatizada.

O trabalho que a seguir se apresenta desenvolve uma abordagem sobre comunicação, informação e *media* como dimensões de vida pública cívica e política em democracia, relevando a vertente de cidadania que remete para o papel dos

8 Desenvolvidos mais detalhados desta perspetiva podem encontrar-se, nomeadamente, em Mosco, 1996 e 2008, e Calabrese e Sparks (Eds.), 2004.

públicos e respectivo posicionamento como opinião pública sobre informação, jornalismo e *media*. Pressupõe a consideração dos públicos enquanto: (i) cidadãos, utentes de informação e utilizadores de *media*; (ii) actores relevantes dos processos de informação e comunicação via *media*, sujeitos de práticas sociais de consumo, uso, receção e apropriação de propostas e produtos “oferecidos” pelos *media*; (iii) autores de “modos de informar-se” que repercutem implicações à ponderação do papel e lugar social dos *media*, e aos sentidos da informação como vertente da democracia; (iv) importante vector de opinião pública sobre a informação disponível, as prestações do jornalismo, o desempenho dos *media* e seus responsáveis como atores da vida pública cívica e política.

O texto foi organizado de modo a que cada um dos capítulos constitua um contributo próprio, com autonomia, ganhando pleno sentido na visão de conjunto que resulta da respectiva interligação. O capítulo 1 desenvolve uma reflexão sobre democracia, comunicação e política. Contempla o significado contemporâneo da noção de democracia, suas origens, diferentes concepções e respetivos fundamentos e implicações; o lugar próprio da cidadania; como ponderar o sentido de eficácia dos desempenhos de governações democráticas; e como entender a relação entre política, comunicação e democracia. Parte-se de uma reflexão sobre política, democracia e cidadania como ancoragem da ponderação da informação e comunicação enquanto recursos da vida pública cívica e política.

O capítulo 2 problematiza a delimitação do lugar social dos *media* e o papel dos públicos, discutindo a colocação dos conceitos de audiência, uso, receção e público. Parte-se do delineamento do lugar e papel social dos *media* como instituições de mediação na vida pública; ponderam-se diferentes abordagens do polo consumo, uso, receção, deduzindo o entendimento dos públicos como cidadãos, utentes de informação via consumo e utilização de *media*; relevando a condição de agir social, cívico e político, inscrito nos processos de informação e comunicação pública via *media*.

O capítulo 3 analisa os *media* e a opinião pública como vertentes de configuração da vida pública em democracia, nas sociedades emergentes do projeto da modernidade, com particular incidência na elucidação do papel dos *media* como instâncias de agir social e político; das questões em aberto na articulação entre mercado, negócio e interesse público; encaminhadas para uma sistematização de aspetos a considerar na prestação dos *media* como atores responsáveis da comunicação pública e da vida cívica e política.

O capítulo 4 – o mais recente – dirige-se a desafios contemporâneos. Aborda a informação como processo social de comunicação; o lugar do jornalismo como ator da vida pública; o papel das determinantes estruturais – económicas, tecnológicas, culturais, políticas e geopolíticas, entre outras – na configuração dos *media* e da sociedade no passado próximo, e suas implicações nas condições de desempenho dos atores do processo de informação; e pondera reptos a *media* e jornalismo decorrentes da emergência dos meios digitais em rede.

Na nota final, sistematiza-se o olhar que informa o percurso de reflexão anteriormente exposto, situando vertentes a considerar na resposta aos desafios assinalados.

Uma observação a terminar este intróito. O presente trabalho também decorre de um pouco mais de duas décadas de pesquisa e lecionação em diferentes cursos de graduação e pós-graduação, sobre temas de sociologia da comunicação, informação e *media*. Beneficiou da experiência adquirida no diálogo com diferentes colegas e “mestres” do mesmo ofício e do muito que se aprende a dar aulas a diferentes gerações de alunos de diversas idades, origens e experiências de vida. O incentivo a que ousem seguir caminho próprio resulta em que a aprendizagem pode ser um processo bidirecional. Retribui com ideias, desafios e descobertas estimulantes – por vezes desconcertantes –, constituindo móbil do impulso seminal para o despertar da inquietude que leva a refletir e investigar para conhecer, tentar deslindar e elucidar. A experiência de vida formada neste percurso demonstra que ensinar acabou por ser uma estimulante via para descobrir e aprender.

